

Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2015

Autoria: Câmara dos Deputados**Iniciativa:** Deputado Federal JOSE GENOINO (/), Deputado Federal Aloysio Nunes Ferreira (/)**Ementa:**

Dá nova redação ao inciso III do art. 365 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e revoga o § 1º do art. 13 e o art. 158 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o art. 369 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

Explicação da Ementa:

Altera o Código de Processo Civil para abolir as autenticações de cópias de reproduções de documentos públicos e particulares, a menos que haja fundada suspeita de fraude ou falsificação, sendo que a parte interessada deverá arguí-la, nos termos do art. 390 do CPC. Estabelece que são válidas as autenticações gratuitas de cópias de documentos realizadas nas delegacias de polícia, defensorias públicas, escritórios de assistência judiciária gratuita e órgãos de defesa do consumidor.

Assunto: Jurídico - Processo**Data de Leitura:** 03/08/2015**Tramitação encerrada****Decisão:** Prejudicada**Último local:** -**Destino:** Ao arquivo**Último estado:** 06/03/2018 - TRAMITAÇÃO ENCERRADA**Despacho:****03/08/2015 (Despacho inicial)**

null

Análise

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:**CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)****Relator(es):**

Senador Paulo Paim (encerrado em 28/02/2018 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO**06/03/2018** SF-COARQ - Coordenação de Arquivo**Situação:** TRAMITAÇÃO ENCERRADA**Ação:** Recebido e arquivado.**02/03/2018** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** A Presidência, nos termos do art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal, declara prejudicada e encaminha a matéria ao Arquivo.

Publicado no DSF Páginas 25 - DSF nº 17

TRAMITAÇÃO

01/03/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação da conclusão da instrução da matéria.

01/03/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SLSF, para prosseguimento da tramitação.

28/02/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 3ª Reunião Ordinária realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório do Senador Paulo Paim, que passa a constituir o Parecer da CCJ pela prejudicialidade do Projeto.

Publicado no DSF Páginas 121-128 - DSF nº 16

16/02/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

11/11/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido às 14h20 relatório do Senador Paulo Paim, com voto pela prejudicialidade do Projeto.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

25/09/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Paulo Paim.

04/08/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição.

03/08/2015 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Encaminhado à publicação.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Publicado no DSF Páginas 12-16

24/07/2015 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Aguardando leitura.

TRAMITAÇÃO

23/07/2015 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 08 (oito) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).
À SSCLSF.

DOCUMENTOS

Autógrafo - PLC 82/2015

Data: 23/07/2015

Autor: Câmara dos Deputados

Local: null

Descrição/Ementa: Dá nova redação ao inciso III do art. 365 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e revoga o § 1º do art. 13 e o art. 158 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o art. 369 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

Avulso inicial da matéria

Data: 03/08/2015

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Relatório Legislativo

Data: 11/11/2015

Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido às 14h20 relatório do Senador Paulo Paim, com voto pela prejudicialidade do Projeto.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Listagem ou relatório

Data: 28/02/2018

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 3ª Reunião CCJ

P.S 17/2018 - CCJ

Data: 28/02/2018

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 3ª Reunião Ordinária realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório do Senador Paulo Paim, que passa a constituir o Parecer da CCJ pela prejudicialidade do Projeto.